

MOÇÃO Nº 004/2025

Cessar as importações de leite estrangeiro, prorrogar as dívidas dos produtores leiteiros e valorizar a cadeia leiteira com o fortalecimento das políticas públicas de apoio aos produtores

1

A Frente Parlamentar da Agricultura, Pecuária e da Agroindústria, formada pelos vereadores Gilmar Castanho e Cassiano Dreifke da Silva do PROGRESSISTAS e Agenor Finck do MDB apresentam a presente MOÇÃO e que após aprovada em plenário seja enviada ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, a Bancada Gaúcha no Congresso Nacional e ao Ministro da Agricultura e Pecuária, Sr. Carlos Favaro.

A presente MOÇÃO tem como objetivo sensibilizar os políticos e representantes do povo quanto ao problema que atinge os produtores de leite que, não bastasse a queda acentuada e progressiva do preço e o aumento significativo dos insumos, vem sofrendo brutalmente com as consequências do aumento das importações de leite, requerendo que sejam tomadas providências de caráter imediato para cessar as importações de leite estrangeiro e prorrogar as dívidas de investimento e custeio dos produtores leiteiros.

JUSTIFICATIVA

O governo brasileiro vem, nos últimos anos, importando quantidades significativas de leite. Tal cenário significa um grande desafio para produtores de leite do Brasil, pois, com a grande entrada do produto estrangeiro os preços do produto produzido internamente estão em declínio intenso, fato que dificulta a permanência na atividade.

Apesar do Brasil ser um dos maiores produtores mundiais, nos anos de 2022 a 2025, a importação de leite cresceu consideravelmente. A entrada do leite do Mercosul, vindo principalmente da Argentina e Uruguai, não dá indícios que deve parar tão cedo, à medida que eles têm custos de produção mais baixos, pelo fator cambial, e incentivos dos governos locais que os mantêm competitivos. Práticas inversas aquelas adotadas pelo governo brasileiro.

Assim sendo, vislumbrando o futuro da atividade leiteira para os próximos anos, as projeções do próprio governo brasileiro no site do Ministério da Agricultura assustam, estima-se que, para 2030, irão permanecer na atividade apenas os produtores com maior poder de investimento, ou seja, resultando o fim da atividade leiteira aos pequenos e médios produtores.



Nesse panorama, em meio ao aumento das importações, o ritmo de abandono da atividade segue crescente, pois, não bastasse as dificuldades rotineiras da atividade, com aumento da oferta de produto, o principal efeito vem sendo a queda no preço pago pelo litro leite ao produtor brasileiro.

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e deputados contestaram a decisão preliminar do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) de não aplicar disposições antidumping de direitos sobre o leite em pó importado do Mercosul, principalmente da Argentina e do Uruguai, o que fortalece a importação deste produto.

Caso o governo não adote medidas imediatas e contenham o avanço das importações, a perspectiva é de que ocorra um enxugamento no número de produtores de leite no país, passando a uma maior concentração da produção leiteira, ou seja, que se construa um monopólio em uma das poucas atividades que ainda restam aos pequenos e médio produtores.

Neste contexto alarmante, atualmente, os produtores leiteiros não conseguem se sustentar na atividade e manter a produção com o preço pago pelo litro de leite. Tal situação se consolida mediante o descaso estatal, principalmente em virtude de que o governo brasileiro, através de acordos bilaterais que visam beneficiar outros setores, está importando leite de outras nações, fazendo com que o preço do produto produzido internamente caia a níveis que tornam a produção inviável, principalmente aos produtores de pequeno e médio porte.

Portanto, é necessário que o poder público execute ações urgentes para proteger o produtor leiteiro e a produção da agricultura familiar, com medidas que garantam um preço justo, considerando que, com o cenário existente, diversos produtores estão deixando o campo e desistindo da atividade leiteira, tendo como consequências o êxodo rural, desemprego e a diminuição do retorno de impostos aos municípios produtores.

Diante disso, a Frente Parlamentar da Agricultura, Pecuária e da Agroindústria da Câmara de Vereadores de Chapada, apela e solicita:

I – Ao Governo Federal:

- **A aplicação imediata de medidas antidumping** sobre o leite e derivados importados, especialmente provenientes de países do Mercosul, restabelecendo condições justas de concorrência para o produtor brasileiro;
- **A inclusão do leite na Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM)**, garantindo remuneração mínima e estabilidade de renda ao produtor;
- O incentivo à **exportação de leite e derivados**, transformando o excesso de produção nacional em oportunidade de mercado externo, por meio de estímulo à produção de leite em pó e derivados para exportação, permitindo que o Brasil se torne também um exportador competitivo, e não refém das importações.



- **Campanhas de valorização do consumo de leite e derivados nacionais**, estimulando o consumo diário e consciente como forma de fortalecer e movimentar a economia rural.

II – Ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul:

3

- A ampliação do **Programa Mais Leite de Qualidade** que concede incentivos para a implantação, ampliação e adequação de resfriadores de expansão direta e de ordenhadeiras;
- Ampliação do **Programa Pró Leite RS**, que visa oferecer linhas de crédito com juros subsidiados pelo governo para produções rurais como a compra de matrizes, melhoria genética, infraestrutura e equipamentos.
- Ampliação do **Programa Agrofamília**, uma iniciativa que busca o fortalecimento da agricultura familiar e o fomento à agroindustrialização dos produtores.
- O apoio ao **Programa de incentivo à agroindustrialização do leite**, promovendo a diversificação produtiva.

III – Às Bancadas Estaduais e Federais do rio Grande do Sul:

- Que atuem de forma unificada na **defesa da cadeia produtiva do leite**, apoiando e votando projetos como o **PL nº 4.309/2023**, que **proíbe transformar leite em pó importado em leite líquido** para comercialização no Brasil, protegendo o produtor nacional e evitando distorções de mercado;
- Que **destinem emendas parlamentares** voltadas a programas municipais e regionais de incentivo à produção, agroindustrialização e exportação de leite e derivados;
- Que promovam a **articulação política com os ministérios competentes**, para garantir que as políticas de crédito e preço mínimo contemplem efetivamente o produtor familiar catarinense.

No Município de Chapada, especificamente, segundo dados da Milkpoint em 2017 tinham 537 produtores, sendo a maioria em pequenas propriedades rurais e em contrapartida, atualmente, segundo dados da Emater, com base no vale sêmen entregues pelo Município, tinham no ano de 2024 somente 240 produtores, ou seja em 7 anos teve uma redução de 55% no números de produtores de leite no Município de Chapada, RS.

Diante de todo o explanado, esta moção tem por finalidade dar voz às famílias produtoras de leite do município de Chapada, que enfrentam sérias dificuldades para manter a atividade, e clamar pela união dos entes públicos em torno de medidas concretas e urgentes que preservem o campo, garantam renda e



valorizem o trabalho rural, pois a cadeia leiteira é um patrimônio econômico e cultural do Estado do Rio Grande do Sul e valorizar o produtor é proteger a alimentação do povo e a dignidade do interior.

Desse modo, a presente moção é de apelo pela sensibilidade das autoridades competentes, vista a problemática exposta, perante o cenário atual, para que medidas sejam tomadas de maneira imediata, buscando reverter o quadro acima descrito, através de incentivos de caráter financeiro aos produtores de médio e pequeno porte, principalmente com a prorrogação da dívidas oriundas de investimentos e custeio da atividade, a necessária valorização do produto produzido internamente, bem como, a cessação da importação de leite estrangeiro.

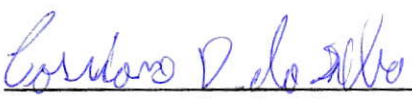
Outrossim, requerem à Mesa Diretora, que após aprovada esta moção seja enviada aos Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, ao Presidente da Comissão de Agricultura, Pecuária, Pesca e Cooperativismo do Estado do Rio Grande do Sul, Deputado Zé Nunes e ao Ministro da Agricultura e Pecuária, Sr. Carlos Favaro para acolher esta moção como manifestação de vontade da maioria absoluta do Povo do Município de Chapada, RS, mediante deliberação de seus representantes legitimamente eleitos.

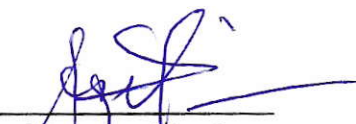
Sala das Sessões da Câmara Municipal, em 14 de Outubro de 2025.

Autores:

Frente Parlamentar da Agricultura, Pecuária e da Agroindústria de Chapada, RS, composta pelos vereadores abaixo assinados:


Gilmar Castanho
Progressistas


Cassiano Dreifke da Silva
Progressistas


Agenor Finck
MDB